

Título do trabalho

DESAFIOS GLOBAIS, ESTRATÉGIAS LOCAIS NA PRODUÇÃO INTEGRADA DE COCO ANÃO NO BRASIL

Autores

Dalva Maria da Mota

Dra. em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros
CPF 189.606.265-20
Av. Beira Mar, 3250, CEP 49025-040, Aracaju, SE
E-mail: dalva@cpatc.embrapa.br

Humberto Rollemberg Fontes

Eng. Agrôn., M.Sc. Fitotecnia, Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros
CPF 138546155-15
Av. Beira Mar, 3250, CEP 49025-040, Aracaju, SE
E-mail: humberto@cpatc.embrapa.br

Nº do Grupo de Pesquisa

11 – Ciência, Inovação Tecnológica e Pesquisa Agrícola

Forma de Apresentação

1ª Alternativa: Apresentação em sessão com debatedor

2ª Alternativa: Apresentação em sessão sem debatedor.

DESAFIOS GLOBAIS, ESTRATÉGIAS LOCAIS NA PRODUÇÃO INTEGRADA DE COCO ANÃO NO BRASIL

Dalva Maria da Mota¹
Humberto Rollemberg Fontes²

Resumo

O artigo analisa como se instauram os novos processos de controle e regulamentação da produção de frutas face a acirrada concorrência que influencia na adoção/reação dos produtores de coco anão irrigado aos procedimentos sugeridos pela pesquisa para implantação da Produção Integrada de Frutas - PIF. O campo de pesquisa é o Projeto Empresarial Platô de Neópolis no Baixo São Francisco Sergipano. A pesquisa foi realizada através de visitas sequenciais aos lotes inscritos na Produção Integrada de Coco para observação das atividades e realização de entrevistas semi-estruturadas com todos os atores envolvidos no decorrer do ano de 2004. Os principais resultados demonstram que: 1) a produção integrada de coco é mais uma demanda de política pública do que de exigência dos consumidores; 2) nos sistemas de produção predomina o trabalho registrado exclusivamente de homens jovens em estratégias que utilizam a flexibilização qualitativa como princípio; 3) há adesão parcial dos empresários aos procedimentos da PIF, muito embora tenham sido geradas normas e documentos de acompanhamento necessários à implantação da PI Coco.

Palavras-chave: PI-Coco, PIF, Platô de Neópolis, Produção Integrada.

Introdução

O “mundo” das frutas se consolida. Sofisticação, cores, sabores e espaços ganham novos significados pela possibilidade de consumo de frutas nativas, adaptadas e importadas, disponíveis em todas as épocas do ano e segundo as preferências locais. Apesar desta expansão, é um mercado com características diversas num contexto em que os países do Sul, com suas potencialidades e vulnerabilidades, lutam para ocupar espaço no mercado competitivo de alimentos do Norte.

Mais do que em qualquer outra época, a adição de conhecimentos, tecnologias e capital é cotidiana nos processos de produção, pós-colheita, transporte e exposição dos produtos sob controle de diversos atores como supermercados, certificadoras etc.

¹ Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros E-mail: dalva@cpac.embrapa.br

² Eng. Agrôn., M.Sc., Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Av. Beira Mar, 3250, CEP 49025-040, Aracaju, SE., E-mail: humberto@cpac.embrapa.br

As frutas tropicais têm penetrado, cada vez mais, na Europa, Estados Unidos e Ásia, seja pelas comunidades estrangeiras que ali se constituíram e que os demandam, seja pelo fato de que as pessoas viajam, conhecem e experimentam novos produtos que passam a constituir parte das suas dietas.

Neste processo, aumenta a importância das multinacionais pela capacidade que têm de fazer transitar rapidamente os produtos em diferentes partes do mundo. São privilegiadas porque estão multi localizadas e são capazes de agregar produtos de diferentes origens a uma mesma norma e, por isso mesmo, são atores importantíssimos na comercialização de frutas. Aumenta também a importância dos atores locais, que são capazes de produzir frutas específicas para diferentes exigências, a exemplo da manga pequena para os canadenses, grande para os alemães e orgânica para França, preferências que, apesar de identificadas, ainda não foram pesquisadas para explicitar os porquês.

Na era da informação, se as distâncias entre locais de produção e consumo são irrelevantes, também o são no que se refere às pessoas que produzem e que compram e que querem estar seguras que adquirem bons produtos, a preços justos e produzidos por trabalhadores com condições dignas de reprodução social.

No âmbito dessas novas exigências, os países compradores têm, cada vez mais, regras rígidas quanto à importação de alimentos, seja por uma questão de segurança alimentar, seja pelo temor ao terrorismo, desencadeado mais fortemente depois do 11 de setembro de 2001. Como tal, não hesitam em impor as condições que lhes parecem mais adequadas para a obtenção de um alimento seguro e, em contrapartida, as empresas nacionais apressam-se em atendê-los para garantir espaço num mercado remunerativo, mas altamente competitivo. Nas palavras de um produtor do Vale do São Francisco “se exportar, corre riscos, se não exportar também corre, então melhor buscar quem paga mais”.

No Brasil ou em qualquer parte do mundo, os pólos de produção dos denominados produtos frescos (frutas e hortifrutigranjeiros) são verdadeiros pólos logísticos em que os mais diversos serviços se estruturam para corresponder às novas exigências de qualidade. Atualmente, o comportamento qualitativo do consumidor é colocado no centro do debate, as atitudes de consumo são consideradas seriamente e investimentos são feitos para criar novas necessidades.

Apesar da tendência geral de sofisticação na elaboração de uma estratégia de atendimento às demandas de um mercado segmentado, o consumo de frutas no Brasil é decrescente, particularmente, pelo maior preço dos mesmos quando comparados a outros itens (Maluf, 2000). Por outro lado, quando se fala de um mercado exigente e atento às condições dos produtos no Brasil ainda se trata de uma minoria. No entanto, em outras partes do mundo, as exigências provêm de grupos de defesa dos consumidores e do poder público que terminam por influenciar outros segmentos. Em conseqüência, o poder público e empresas instaladas no Brasil, mas com origem externa, a exemplo do Carrefour³, começam a adotar práticas para que os produtores de frutas se adequem às novas exigências.

³ Paga melhores preços para produtores credenciados no Vale do São Francisco.

Nesse cenário, o que motiva as nossas reflexões é a busca da compreensão dos novos padrões de produção incentivados por políticas públicas segundo a concepção de “alimentos seguros” no Projeto Empresarial de Irrigação Platô de Neópolis, especificamente, com a cultura do coqueiro anão.

A pesquisa foi realizada através de levantamento de dados secundários e primários em 2004. Um questionário semi-estruturado foi aplicado com todos as pessoas ocupadas nos 12 lotes empresariais que aderiram à produção integrada de coco. Observações quinzenais e entrevistas com atores-chave também foram feitas no intuito de levantar opiniões sobre a viabilidade da produção integrada, problemas de mercado, características do consumo etc. Visando estabelecer comparações foram visitadas empresas que têm adotado à produção integrada de uva e manga na região do Vale do São Francisco.

O Platô de Neópolis: novo modelo de ocupação do espaço?

Implantado na última década, o Projeto de Irrigação Empresarial Platô de Neópolis⁴ foi construído como parte de políticas estratégicas, apoiadas em projetos hidroagrícolas e sistemas automatizados de irrigação, a exemplo do que vem ocorrendo na região Semi-Árida do Nordeste, utilizada para a produção de frutas frescas com fortes vínculos aos mercados nacional e internacional, impulsionados pelo aumento da demanda por produtos naturais e exóticos e pelas facilidades atuais de transporte dos mesmos sem comprometimento do sabor e das características nutricionais.

Diferentemente dos demais projetos de fruticultura do Nordeste, o Platô sustenta-se no modelo que apresenta a inovação da parceria entre o Estado e a iniciativa privada, no qual coube ao primeiro, o planejamento e a instalação da infra-estrutura de irrigação dos lotes e ao segundo, os investimentos nas parcelas e a implementação da produção e da comercialização. A manutenção dos sistemas de irrigação nos lotes, assim como, a representação dos concessionários na parceria com o Estado é de responsabilidade de um condomínio denominado Associação dos Concessionários do Projeto Platô de Neópolis - ASCONDIR.

O Platô é resultado de uma intervenção seletiva do Estado para o estabelecimento de “ilhas” de modernização via empreendimentos empresariais, sustentados no trabalho assalariado em 40 lotes cujos tamanhos variam de 21 a 533 hectares. Até dezembro de 2004, 4.861 hectares, (68% da área total), estavam em operação, sendo 38% ocupados com coco, 37% com citros (tangerina, lima, limão e laranja), 9% com manga, 6% com banana e os demais com mamão, maracujá, caju, atemóia, goiaba e pinha. Segundo levantamento de campo, nestes lotes trabalham aproximadamente 900 trabalhadores, 80% dos quais são registrados.

⁴ Tem a denominação “Platô de Neópolis” devido a sua constituição geomorfológica apresentar um relevo plano e pouco ondulado, circundado por encostas, constituindo-se parte dos Tabuleiros Costeiros de Sergipe (Santos, 1996, p. 25). Se localiza na margem direita do rio São Francisco em Sergipe, alcançando parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco.

Nos últimos anos, a relação ha/homem vem aumentando em decorrência da conclusão da fase de implantação dos cultivos e da predominância de produtos que demandam pouco trabalho de pós-colheita, como analisado por Mota (2000a, 2000b, 2001) em diferentes momentos.

I – Coco: aumento da demanda e da produção, queda nos preços

A predominância do cultivo do coco no Platô é decorrente do aumento expressivo do consumo da “água de coco”⁵ e, conseqüentemente, dos preços atrativos praticados nos anos 90, aliados à tradição do empresariado local com esta cultura. O aumento do consumo da “água de coco” deve-se também ao crescimento de um segmento de mercado constituído por pessoas preocupadas em consumir alimentos frescos e naturais em função dos benefícios proporcionados à saúde, assim como, ao atendimento de um padrão estético.

A partir deste cenário, observou-se uma rápida expansão das áreas plantadas com coco, ocupando, inclusive, regiões não tradicionais de cultivo, como ocorreu no Sudeste do país onde atualmente se concentra a maior produção de coco cultivada em sistemas intensivos de exploração com irrigação localizada (Fontes & Cuenca, 2004). Considerando-se que, no Brasil, a área plantada com coco evoluiu de 166.740 ha (IBGE, 1987) para 280.382 ha (IBGE, 2003), estima-se que mais de 80% deste total foi implantado com a variedade Anã, o que corresponderia a uma área superior a 80.000 ha, grande parte da qual, ainda não entrou em produção. O aumento expressivo da área plantada, associada à localização estratégica destes plantios em relação aos maiores centros consumidores, provocou uma queda acentuada dos preços⁶, com reflexos negativos, principalmente, para os produtores da região Nordeste.

Como visto, a associação do coco verde com a região das praias nordestinas perdeu o sentido, uma vez que o coco está sendo produzido em outras regiões com vantagens comparativas em função da maior proximidade dos principais mercados consumidores, com a redução dos custos de transporte e, conseqüentemente, melhoria da qualidade do coco ofertado pelo fato dos frutos serem colhidos no mesmo dia. Na própria região Nordeste o coco está sendo produzido em áreas não tradicionais, como o Semi-árido. Isso mostra que, continuamente, há um reordenamento da ocupação do espaço e da utilização dos recursos naturais em atendimento a novas demandas.

Tudo isso gerou uma mudança de cenário para os diferentes atores, com implicações em toda a cadeia produtiva e, conseqüentemente, nas estratégias utilizadas para sobreviver num mercado altamente competitivo em que as diferenças entre pequenos e grandes produtores de coco se intensificam. Assim, apesar da região Nordeste acumular maior tradição na exploração desta cultura (conhecimento, tecnologias, experiência) e apresentar melhores condições de clima e solo, conseqüentemente, maiores produtividades, não consegue realizar o escoamento adequado de sua produção em razão dos baixos preços de mercado, muitas vezes, insuficientes para remunerar os seus custos de produção.

⁵ O rápido crescimento da demanda de água-de-coco no Brasil, avaliado em cerca de 330% no último quinquênio dos anos 90 e representando 4% do mercado total de refrigerantes (Mirizola Filho, 2000, p. F3).

⁶ O custo de produção do coco verde é cerca de R\$0,14 e o preço de venda de R\$0,20 a R\$ 25. Nos anos 90 registrou-se preço de coco verde até por R\$ 1,00 a unidade.

Isso mostra que, mesmo os produtos frescos e que fazem parte das novas dietas de consumo de alimentos saudáveis, têm um limite de absorção pelo mercado e soluções começam a serem buscadas com novos modelos de processamento e na diversificação dos subprodutos. Por outro lado, a noção de vantagem comparativa (algumas vezes associada aos recursos naturais) já não é suficiente para explicar o sucesso ou insucesso de uma atividade que hoje depende muito mais de um conjunto de fatores, dentre os quais, a criatividade dos produtores e a rapidez para atender demandas externas.

Em reação às pressões do mercado, produtores de coco nordestinos já começam a propor novas alternativas numa sociedade em que segmentos de consumidores estão dispostos a experimentar o “novo“, seja pela preocupação com hábitos saudáveis, seja pelo atendimento aos sedutores apelos da propaganda. Neste sentido, se observa a agregação de valor a este produto através da produção orgânica de coco e do envasamento da água que apresentou um crescimento anual da ordem de 20% no período 1997/2002 mas com uma queda acentuada no primeiro semestre de 2004 (Fontes & Cuenca, 2004).

A grande maioria dos produtores segue dependente do mercado de produtos frescos que, diante dos descompassos entre o aumento da produção e o consumo, entra em crise exatamente no momento em que é proposto um maior controle das condições de produção através da PI – Coco, levado adiante por uma política pública. Como os produtores reagem a essa política? Qual a possibilidade de adoção da PI-Coco pelos diferentes grupos de produtores de coco? Quais as consequências da diferenciação entre os que adotam/não adotam? São essas algumas das questões que buscaremos responder nos próximos itens deste artigo.

II- Produção integrada frutas (PIF): demanda construída ou imposta?

Atualmente, a produção e o consumo constituem faces da mesma moeda nas análises sobre processos dinâmicos na agricultura, a exemplo do controle das frutas frescas desde à produção até o consumidor (Bonanno, 1999; Cavalcanti, 1997; Cavalcanti et al. 1998; Friedland, 1997; Goodman, 1999).

Segundo a literatura atual (Sanhueza, s.d) a produção integrada de frutos é decorrente da pressão dos consumidores europeus cada vez mais exigentes em relação a qualidade dos alimentos consumidos e a conservação ambiental. Esse movimento surgiu nos anos 70, na Suíça, onde foram criadas as primeiras normas e diretrizes gerais e a partir das quais outros países foram adotando em decorrência das exigências que se faziam através de relações comerciais. A tônica é a necessidade de integrar o manejo integrado de pragas (MIP) com o sistema de manejo dos cultivos, constituindo assim, um sistema integrado.

Na Europa, cada vez mais, os consumidores adquirem os produtos com selo de qualidade (ex. Europgap) que atestam a origem e as condições em que foi produzido através do processo de rastreabilidade. Esta é uma condição em que os direitos, a informação do consumidor e a

formalidade das relações comerciais permitem um controle⁷. Nesse sentido, a hipótese é que a produção integrada de frutas – PIF, seria uma alternativa para atender este mercado, substituindo, ainda que parcialmente, a demanda pelo coco orgânico.

Os pesquisadores que têm trabalhado com o tema respondem afirmativamente a esta questão pois afirmam que a PIF objetiva a produção de alimentos de alta qualidade, principalmente, mediante o uso de técnicas que levem em consideração os impactos ambientais sobre o sistema solo/água/produção e que possibilitem avaliar a qualidade dos produtos considerando as características físicas, químicas e biológicas dos recursos naturais locais nos processos envolvidos na cadeia produtiva, pós-colheita e comercialização da produção. Nessa indicação fica claro que os diferentes elos da cadeia produtiva devem ser enfocados na PI e que a utilização dos insumos deve se dar de forma parcimoniosa. Isso significa romper com toda uma tradição de “uso livre“ dos insumos e dos recursos, mas também significa uma abordagem sistêmica que depende de conhecimentos e rotinas sistematizadas.

Na prática, o que se observa é que regulações globais afetam as estratégias locais pela via do mercado de conhecimento, produto e tecnologia. Ou seja, só exporta frutas frescas quem desenvolve sistemas de controle adequados às exigências externas. Esse é o caso da uva e da manga no Vale do São Francisco em que as empresas compradoras condicionam esta operação no cumprimento das normas e fiscalizam a produção anualmente em auditorias pagas pelos produtores.

As grandes redes de supermercado tipo Bompreço e Carrefour também normatizam e fiscalizam, inclusive, pagando bônus a quem se adequa as condições requeridas pelo mercado. Curioso observar que nestas mesmas redes de supermercado os produtos frescos ofertados nas gôndolas nem sempre atendem a uma qualidade razoável (cor, sabor, tamanho e maturação). Segundo informações levantadas no Vale do São Francisco as frutas que se adequam totalmente aos padrões estabelecidos são exportadas e as demais são ofertadas no mercado nacional. Isso mostra que as exigências dos consumidores dos países do Norte têm reflexos na produção que vai ser exportada dos países do Sul, mas não no padrão do que é consumido internamente.

No Brasil, as práticas da produção integrada começaram com a maçã no Sul (Bezerra, 2003), em atendimento às condições do mercado comprador da Europa que exige selo de qualidade. Face a esta exigência, os produtores demandaram à Embrapa a elaboração das normas técnicas e demais procedimentos. Nesse caso, a demanda foi dos produtores que tinham na implantação da PIF uma condicionante para conquistar novos mercados e as ações de políticas públicas corresponderam.

No que concerne ao coco que, similar a outras frutas ainda não alcançou mercados internacionais, os procedimentos foram diferentes e a política pública se antecipou aos acontecimentos. O projeto produção Integrada de Coco foi realizado como parte do PROFRUTA, programa do governo federal coordenado pelo MARA/CNPq e executado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros. O trabalho foi realizado no período de 2002/2004, possibilitando assim, a

⁷ Muito embora acontecimentos como a “vaca loca“ também existam.

publicação das normas técnicas específicas para a cultura do coqueiro através da Instrução Normativa n. 16 de 20 de dezembro de 2004.

Diferentemente da maçã, a produção de coco atende quase que exclusivamente o mercado interno de água de coco em que ainda não se observa maiores exigências dos consumidores em relação à origem e a qualidade dos frutos produzidos. Por outro lado, a adoção do sistema PIF não garante aos produtores, aumento de produtividade e/ou redução de custos de produção, tendo em vista que pode levar à redução do uso de insumos externos e aumento dos gastos com capacitação dos recursos humanos quando comparado ao sistema convencional. Estes fatores, associados aos baixos preços auferidos pelo coco no mercado, tendem a dificultar a adoção do sistema PIF ou de qualquer outro procedimento que signifique dispêndio de recursos.

III-A atuação da pesquisa para implantação da PI-Coco no Platô

As implicações deste papel são inúmeras considerando que a PIF pressupõe a realização de uma nova rotina de interação, a qual, produtores e pesquisadores não estão habituados. Na grande maioria das atividades de pesquisa os experimentos são conduzidos sob o estrito controle dos pesquisadores em estação experimental e sem vinculação direta com o mercado e com os sistemas de produção em uso pelos diferentes tipos de produtores. No caso da PIF, o local de atuação é a empresa no decorrer das suas atividades cotidianas, o que implica num reordenamento do uso da força de trabalho e das atividades. Ou seja, numa rotina preexistente são adicionados procedimentos pensados externamente, sobre os quais os produtores ainda não visualizam exatamente quais serão os ganhos a curto prazo. Esta situação torna-se mais grave no momento em que a cultura enfrenta o problema de declínio do preço face ao aumento da oferta, como é o caso do coco.

As estratégias usadas pelos pesquisadores para conseguir a adesão dos empresários constou inicialmente de um amplo trabalho de divulgação nos Estados produtores (SE, RN, RJ, CE e ES) mostrando as vantagens da PI-Coco para agregação de valor ao produto. Em tese, o mercado diferenciaria o coco proveniente de sistemas tradicionais, orgânicos ou da PIF. Na prática, essa diferenciação ainda não ocorre.

No Platô de Neópolis foram treinados monitores e manejadores fitossanitários que atuam em 12 empresas que produzem coco. Os primeiros, são responsáveis pela identificação de pragas e anotações em planilhas, posteriormente repassadas para os cadernos de campo. Os segundos, recebem estas planilhas e elaboram planos de ação em função das informações fornecidas. O trabalho concentrou-se inicialmente no monitoramento fitossanitário e, posteriormente, estendeu-se para o manejo de irrigação.

Apesar do treinamento e da delegação de responsabilidades, o acompanhamento dos pesquisadores nos lotes comprovou descontinuidades dos trabalhos, preenchimento irregular e pouca motivação para a adoção da PIF, possivelmente em função dos seguintes fatores: a organização do trabalho preexistente privilegia a flexibilização qualitativa, ou seja, o trabalhador polivalente em detrimento do especializado e que se reveza nas diferentes atividades segundo as necessidades. Todos os trabalhadores entrevistados afirmaram ser capazes de realizar diferentes

atividades no decorrer de um mesmo dia, tanto nos tratos culturais, como na irrigação ou na colheita. Desta forma, a flexibilização das ocupações, facilita o maior aproveitamento da força de trabalho; por outro, evita a especialização e o estabelecimento de uma rotina numa mesma atividade, condição necessária ao domínio de procedimentos mais sofisticados, como é o caso da PIF.

Observou-se também que a PIF ainda não é uma prioridade, pelo fato de que o mercado não diferencia os produtos com selo de qualidade e, conseqüentemente, não remunerá-lo. Em se tratando de um sistema que requer a capacitação técnica do pessoal envolvido, a adoção da PI Coco foi dificultada no Platô em função dos baixos preços do coco. Por último, a adoção da PIF não é simples e depende de pessoas capacitadas tecnicamente e com poder de decisão, o que não ocorre no Platô onde 90% dos ocupados na produção de coco são trabalhadores que no decorrer da pesquisa de campo demonstraram não conhecer o que é a PIF.

A questão é a mesma que inúmeras vezes foi colocada para os agricultores familiares: por que eles não adotam os procedimentos indicados pela pesquisa? Uma resposta possível seria: eles não vêm resultados imediatos. Outra, é que o mercado de coco verde só tem diferenciado a produção orgânica e, mesmo assim, fora do país.

Comparando esta situação com a de empresas do Vale do São Francisco constata-se que, naquela região, a PIF está sendo implantada depois de algumas experiências com sistemas de controle de empresas estrangeiras há quase três anos. Ou seja, já existe uma rotina controlada e mesmo assim, enfrentam dificuldades, especialmente, na qualificação dos recursos humanos. Por outro lado, ainda falta registro dos produtos usados com equivalência internacional e conseqüente aceitação fora do Brasil.

Mesmo assim, foram elaborados como suporte à utilização da PI-Coco publicações que orientam o monitoramento fitossanitário das plantas estabelecendo métodos e critérios de amostragens de pragas, assim como, sistemas de controle mais adequados. A sistematização do conhecimento e a explicitação das tecnologias estão detalhadas em 02 livros⁸ e um documento. Segundo os pesquisadores, todo este material serve de orientação para os produtores, como também para os organismos de avaliação de conformidade realizarem auditorias nos plantios, condição esta fundamental para que os produtores recebam o selo de conformidade da Produção Integrada de Frutas -PIF.

Outras estratégias da PIF estão também sendo colocadas em prática como o estabelecimento de quadras comparativas em relação à produção convencional. Com todos estes procedimentos, constatamos que as regulações evoluem em desproporcionalidade com a adesão dos produtores que não têm sido estimulados pelo mercado, sem esquecer que os produtores aqui tratados são empresários capitalizados com suas próprias assistências técnicas, nem por isso, seguidores do que a pesquisa indica.

⁸ 1- Aspectos Fitossanitários; 2- Identificação de pragas e Doenças e Distúrbios Nutricionais e 3- Manejo da Irrigação de Coqueiro Anão com Tensiômetros de Faixas na Produção Integrada de Coco.

Conclusões

A partir do exposto pode-se concluir que:

1. Os consumidores de água de coco ainda não atentam para a diferenciação de origem dos produtos e os distinguem apenas pela aparência e sabor da água e não pelos valores agregados em termos de qualidade e cuidados ambientais.
2. Os produtores ainda não investem na mudança da produção convencional para a integrada porque os preços atuais não são compensadores em decorrência da excessiva oferta do produto em um mercado, predominantemente, nacional.
3. A organização do trabalho (rotina e tipos de ocupações) nos lotes alvo da implantação da PI-Coco não priorizam as ações da PI, não apresentando nenhuma mudança quando comparado aos demais, cujas características centrais são a predominância de trabalhadores homens, registrados, polivalentes e jovens.
4. As ações da PI-Coco no Platô ainda estão circunscritas às ações da pesquisa mostrando que as estratégias que se instauram localmente são heterogêneas e influenciadas pelo tipo de produtor, produto, local de produção e mercados.
5. Os atores da cadeia produtiva do coco (produtores, consumidores, comerciantes, pesquisadores etc.) não partilham de preocupações comuns quanto à produção e ao consumo do produto e adotam estratégias mais associadas ao preço do que aos valores alimento seguro e ambiental.
6. A Produção Integrada de Coco ainda não é reconhecida como uma prioridade pelos diferentes atores da cadeia produtiva. Este sistema, é considerado consequência de uma demanda oficial que, estabelece critérios de qualidade, para a produção de frutas no Brasil em atendimento às exigências do mercado internacional.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, J. A. Maçãs com passaporte. **Revista Globo Rural**, São Paulo, Globo, mar. 2003.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: UFPE. 1999. p. 47-96.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, jan./abr. 1997.

CAVALCANTI, J. S. B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. da. El trabajo femenino en la agricultura de exportación: las trabajadoras en la producción de uva- Brasil. In: BENDINI, M.; BONACCORSI, N. **Con las puras manos**. Buenos Aires: La Colmena, 1998. p. 77-94.

FRIEDLAND, W. H. Commentary on part III: creating space for food and agro-industrial just in time. In: GOODMAN, D.; WATTS, M. **Globalising Food**. London: Routledge. 1997. p. 226-232.

GOODMAN, D. Agro-food studies in the age of ecology: nature, corporeality, bio-politics. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n. 1, p. 17-38, 1999.

IBGE (Rio de Janeiro, RJ). Produção Agrícola Municipal, v. 4, tomo 1, 1987.

MALUF, R. S. **Consumo de alimentos no Brasil**: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. Polis Papers, 2002. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicações/papers/20006.html>> Acesso em: 11/07/2004.

MIRIZOLA FILHO, L. A. Produção de coco aumenta 25% em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2000. Agrofolha, p. F3.

MOTA, D. M. da. Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis, SE. **Revista Raízes**, Campina Grande, ano 18, n. 20, p. 63-75, nov. 1999. Publicado em jul. 2001.

MOTA, D. M. da. O trabalho temporário no projeto de fruticultura irrigada Platô de Neópolis, SE. **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 113-134, maio/ago. 2001a.

MOTA, D. M. da. Trabalho e divisões sociais na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis, SE. **Revista Geonordeste**, n. 11, v. 2, p. 101-118, 2000b.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL IBGE. Rio de Janeiro: IBGE – Sistema IBGE de recuperação automática. SIDRA. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>. Consultado em outubro de 2003.

SANTOS, C. R. B. dos. **Reorganização do espaço agrário e (des) territorialização das relações tradicionais**. 1996. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 1996. Mimeo.